

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

CURSO DE ARTES VISUAIS – LICENCIATURA

CECÍLIA RIBAS PESSERL

**O ENSINO DA ARTE E A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
MENTAL LEVE**

CRICIÚMA, NOVEMBRO DE 2011

CECÍLIA RIBAS PESSERL

**O ENSINO DA ARTE E A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
MENTAL LEVE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de licenciado no curso de Artes Visuais da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof^a Ma. Silemar Maria de Medeiros da Silva

CRICIÚMA, NOVEMBRO DE 2011

CECÍLIA RIBAS PESSERL

**O ENSINO DA ARTE E A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
MENTAL LEVE**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Licenciado, no Curso de Artes Visuais da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Educação e Arte.

Criciúma, 28 de novembro de 2011

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Ma. Silemar Maria de Medeiros da Silva - (UNESC) - Orientador

Prof^a Glades Valsech – Especialista – (UNESC)

Prof^a Amalhene Baesso Reddig – Mestre – (UNESC)

Dedico este trabalho especialmente a minha família pelo apoio e compreensão durante a caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me ilumina e acompanha nos momentos de incertezas e na vitória conseguida a cada momento.

Aos meus pais, Andrés R.F. e Maria José R. Pesserl, por tudo que me incentivaram, amaram e compreenderam as minhas limitações incentivando a vencer meus próprios limites.

Aos meus irmãos Eduardo R. Pesserl e Juliana R. Pesserl, que sempre me incentivaram para que eu lutasse para alcançar meus objetivos.

Ao meu namorado Cristiano Perdoná que permaneceu comigo, sempre com muito amor carinho e compreensão.

A equipe que me acompanhou durante essa caminhada, Doutor João F. Neto neurologista e as fonoaudiólogas Maria Salete Broca Denoni e Maria Aparecida Denoni.

Aos meus amigos “anjos da Luz” e colegas de turma... é uma emoção poder compartilhar tais momentos.

À minha professora Silemar Maria de Medeiros da Silva, pelo seu carinho, compreensão e sua atenção às professoras avaliadoras Amalhene e Glades, pelas contribuições nessa escrita.

Aos educadores, orientadores de jornada, aos que me excluíram o meu perdão e aos que me aceitaram incluíram o meu amor e minha gratidão.

Muito Obrigada.

Sem autoconfiança somos como bebês no berço. E como podemos gerar essa qualidade imponderável, que é ao mesmo tempo tão precioso, o mais rapidamente? Ao pensar que outras pessoas são inferiores a nós mesmos.

VIRGINIA WOOLF

RESUMO

A presente pesquisa consiste em estudo sobre “O que dizem os professores de artes que trabalham com crianças com deficiência mental leve sobre a importância da arte na formação desses sujeitos; e se esse dizer contempla o que consta nas Políticas Nacionais de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva”. Inicialmente, falo sobre a educação Especial no Brasil e como a mesma evoluiu até o paradigma atual da Educação Inclusiva, enfatizando também a questão da formação de professores para atender esse desafio. Em seguida, sobre as adaptações curriculares necessárias ao acesso de alunos com necessidades especiais ao ensino regular, bem como das condições que as escolas precisam desenvolver, para proporcionar o seu aprendizado. Para melhor compreensão desse tema, faz-se necessário olhar para ele, pesquisar sobre o mesmo e refletir, vivenciar, problematizar muito ainda. Partindo para a área de artes, em específico, proponho um olhar sobre a inclusão à medida que os alunos, ao executarem as atividades compartilham as experiências, os materiais e as ideias desenvolvendo o potencial de cada um, na perspectiva do respeito e da participação. A contribuição dos autores sobre a arte, Barbosa (2003), Fusari e Ferraz (1993) e Corrêa (2004) auxiliaram nessas reflexões. Mantoan (1997) e Antunes (2008) evidenciaram o processo de inclusão e a contextualização no ensino da arte. Para discutir a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, e refletir sobre a prática da inclusão sob o olhar do aluno especial com deficiência mental leve foi utilizada pesquisa de campo, através de perguntas aos professores da disciplina de arte, falo aqui de quatro professores. Suas respostas comprovam os que os autores citados colocaram sobre a inclusão dos alunos com necessidades especiais no cotidiano do ensino da disciplina, o que não se esgota aqui, é claro, mas aponto para a relevância dessa discussão.

Palavras-chave: Arte. Ensino da Arte. Inclusão. Deficiência Mental Leve.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNESCO	Organização das nações unidas para a cultura, ciência e educação
UNICEF	Fundo das nações unidas para a infância
ECA	Estatuto da criança e do adolescente
LDB	Lei de diretrizes e bases
GERED	Gerência regional de educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Questões metodológicas da pesquisa	11
1.2 Um mapa dos capítulos	12
2 ENSINO DA ARTE: QUE HISTÓRIA É ESSA?	14
2.1 A história do ensino da arte	14
2.2 O papel da arte na formação do sujeito	18
3 A ESCOLA INCLUSIVA E O DIÁLOGO COM A ARTE	24
3.1 Educação especial e legislação	26
3.2 A inclusão e as aulas de artes	32
4 PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE DOS DADOS	35
4.1 Apresentação e análise dos dados	35
5 CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICES	47
ANEXOS	60

1 INTRODUÇÃO

A arte para mim é tudo que a gente vê e faz, e depende do nosso olhar. Esse tudo é algo relativo, pois nessa proposta falo da arte enquanto capital artístico cultural da humanidade. Escolhi Artes Visuais porque percebi que nesse curso ia conseguir desenvolver as minhas dificuldades motoras e também a possibilidade de me inserir no mercado de trabalho. Hoje percebo que arte é muito mais que isso, que posso ampliar meus conhecimentos constantemente, ampliando assim o olhar sobre mim, o outro e o mundo.

Nessa proposta venho refletir sobre a arte e a inclusão. Pensando no sujeito com dificuldades especiais, a arte é importante para ajudar a desenvolver várias habilidades, inclusive na parte de coordenação fina, aspecto que desenvolve as habilidades de coordenação manual. Neste sentido, senti que tinha habilidades para a disciplina de arte, pois, vários são os caminhos, ou as linguagens da arte, como desenho, pintura, música, cinema e outras tantas, chamadas aqui de múltiplas linguagens. Aprendi a compreender a arte como conhecimento.

Proponho o tema inclusão e arte porque percebo essa relação importante na nossa sociedade, tem muita gente que não respeita e não ajuda essas pessoas diferentes. Como sou uma delas (sou especial), penso que seja interessante escrever sobre como está a realidade do aluno especial em sala de aula.

Relato que sofri muito nos bancos escolares, pela dificuldade de me adaptar à rigidez e às incompreensões de um ambiente o qual achava que deveria ser diferente. Identifico-me com muitas crianças, encontro-me no olhar desses alunos e, muitas vezes, surpreendo-me fugindo com eles para outros mundos, como eu fazia em meu tempo de estudante. Identifico-me com o aluno especial porque sou parte desse universo, sou especial¹. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular, em especial nas aulas de artes. Falo em específico da prática da inclusão sob o olhar do professor da disciplina de artes que atua com deficiência mental leve. A disciplina de arte é trabalhada, muitas vezes, para manter o aluno ocupado. Ela pode ser uma alternativa ou o único meio de comunicação plausível para o especial.

Como aluna que vivencia o problema da inclusão, venho nestes anos me

¹ Conforme consta no laudo emitido pelo Dr. João Ferreiro Neto (Laudo em anexo).

questionando sobre o porquê de os alunos especiais estarem na educação regular quando a inclusão, muitas vezes, é só um faz de conta?

Muitas vezes, o aluno especial vai fazer somente trabalhos manuais “artísticos”, nas séries iniciais e no ensino fundamental, enquanto os colegas acompanham os conteúdos didáticos normais. Existem muitos questionamentos que me afligem e me levaram a pesquisar este tema. Dentre esses questionamentos trago o problema de pesquisa: O que dizem os professores de artes que trabalham com crianças com deficiência mental leve sobre a importância da arte na formação desses sujeitos; e se esse dizer contempla o que consta nas Políticas Nacionais de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva?

Inicialmente, falarei sobre a educação Especial no Brasil, e como a mesma evoluiu até o paradigma atual da Educação Inclusiva, enfatizando também a questão da formação de professores para atender esse desafio. Em seguida, sobre as adaptações curriculares necessárias ao acesso de alunos com necessidades especiais ao ensino regular, bem como das condições que as escolas precisam desenvolver, para garantir o seu aprendizado, falo da acessibilidade. Para melhor compreensão desse tema, faz-se necessário olhar para ele, pesquisar sobre o mesmo e refletir, vivenciar, problematizar muito ainda.

Partindo para a área de artes, em específico o ensino da arte, compreendo que a arte pode desenvolver o aluno com necessidades especiais leve, estimulando através da visão (artes visuais), audição (música), motora (artes plásticas), entre outras possibilidades. A arte proporciona a inclusão à medida que os alunos ao executarem as atividades compartilham as experiências, os materiais e as ideias desenvolvendo o potencial de cada um, na perspectiva do respeito e da inclusão.

O professor deve mostrar ao aluno as diversas linguagens que existem na arte, desenvolvendo suas afinidades e habilidades, estimulando suas fantasias e imaginação. Nas aulas de artes, os alunos deverão sentir-se incluídos, considerando que suas produções e avaliações devem ligar o aluno ao grupo e a vida.

Para Fusari e Ferraz:

Arte é formar um ser pensante, comunicante, transformador, criador, é através da arte enquanto um movimento educativo e cultural que podemos buscar a constituição de um ser humano completo, total dentro dos moldes de valorização no ser humano, nos aspectos intelectuais, morais e estéticos procurando despertar a consciência individual, harmonizada ao grupo social

que pertence. (1999, p. 20)

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular em específico nas aulas de artes. Contemplar questões sobre a prática da inclusão sob o olhar do aluno especial, observando de que forma os mesmos se sentem em relação aos colegas, em especial nas aulas de artes, é também um desafio dessa proposta. Para tanto, segue os caminhos metodológicos dessa investigação.

O desafio será a aplicação da pesquisa junto ao professores e analisar estes dados, perante o pensamento dos autores citados no trabalho, e refletir sobre as falas e o que está contemplado nas leis nacionais públicas sobre a educação inclusiva.

1.1 Questões metodológicas da pesquisa

Para discutir a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular, e refletir sobre a prática da inclusão sob o olhar do aluno especial com deficiência, proponho a presente investigação.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que busca uma melhor compreensão do problema. Quanto à forma de abordagem, a qualitativa, as experiências individuais e significados sociais são trazidos de maneira descritiva. Ou seja, a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças dos valores e das atitudes.” (MINAYO, 2007, p. 21).

A pesquisa realizada se inicia no momento em que procuro nas escolas da rede pública de Educação de Criciúma, professores e alunos que fazem parte deste universo chamado “deficiência mental leve”.

Uma pesquisa de campo ou pesquisa exploratória visa a investigação da realidade quanto ao tema escolhido, por ser novo ou ainda não possuir suficientes fontes de referências e não apresenta hipóteses consistentes para servir de ponto de partida para a pesquisa.

Com a aplicação de questionário (em anexo) será utilizada a entrevista com os professores de artes que trabalham em específico com a deficiência mental

leve. Os professores foram entrevistados, tendo assinado uma autorização para uso das respostas para pesquisa.

A pesquisa tem como objetivo avaliar **O que dizem os professores de artes que trabalham com crianças com deficiência mental leve sobre a importância da arte na formação desses sujeitos; e se esse dizer contempla o que consta nas Políticas Nacionais de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva?**

A metodologia aborda concepções teóricas e práticas das diversas técnicas que o pesquisador utiliza na construção e na busca de conhecimentos inovadores. A presente pesquisa se caracteriza, como descritiva de campo, pois busca a descrição de dados levantados junto a uma população alvo.

A pesquisa foi realizada com quatro professores da disciplina de artes que lecionam com alunos com deficiência mental leve, de uma escola Estadual e outra Municipal, que responderam nove perguntas referentes ao processo do ensino da arte e ao processo de inclusão desses alunos com deficiência mental leve. A pesquisa demorou em sua aplicação devido ao tempo de entrega do questionário para os professores e sua devolução para análise de dados, foram 30 dias de espera para o retorno de alguns destes documentos. Alguns professores trabalham em mais de uma escola, demorando para encontrá-los na unidade escolar.

A busca teórica através da pesquisa sobre as leis constituídas e práticas das políticas públicas de inclusão, como a Lei de Diretrizes e Bases, a Constituição Brasileira que coloca a inclusão como parte inseparável do direito à educação. Outras conquistas em termos de educação especial é a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia e a Declaração de Salamanca, encaminhamentos positivos e que possibilitaram um novo olhar sobre o direito, acesso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular, mas que necessitam de procedimentos para a sua efetiva implantação.

1.2 Um mapa dos capítulos

No primeiro capítulo trago a própria introdução dessa pesquisa na qual contempla também as questões metodológicas. No segundo capítulo abordo o tema: *Ensino da arte: que história é esta* e proponho um diálogo com os autores Barbosa (2003), Fusari e Ferraz (1993) e Corrêa (2004) que estão propondo uma reflexão

sobre a história da arte, sua sequência na modernidade e também na formação do sujeito.

No segundo capítulo o olhar será para escola inclusiva e para o diálogo com a disciplina de arte, suas implicações na inclusão do aluno com necessidades especiais nas aulas de artes e a construção do processo de aprendizagem. O diálogo entre os conceitos da acadêmica e os autores utilizados na pesquisa.

O terceiro capítulo contemplará as reflexões sobre o processo de inclusão e suas consequências no ensino da arte, com as contribuições de Mantoan (1997), Antunes (2008) e Beyer (2010)

Nos capítulos quatro e cinco será abordada a pesquisa de campo e análise dos dados pesquisados em diálogo com o corpo teórico estudado e as respostas das entrevistas.

O último capítulo aborda as considerações finais com a reflexão sobre a importância do ensino da arte para o aluno portador de deficiência e como o professor desta disciplina percebe o processo de inclusão.

2 ENSINO DA ARTE: QUE HISTÓRIA É ESSA?

A arte teve funções mágicas durante a pré-história e, na idade média teve funções didáticas e explicativas.

Atualmente a arte tem funções educativas, políticas, sociais e mercantis. Acentua-se a função experimental, favorecida pelos novos instrumentos, que tende a tornar-se, paralelamente à ciência, mas com meios diversos, um fator de conhecimento e de estimulação da criatividade individual. (MUNARI, 2007)

Contar um pouco dessa história do ensino da arte é o desafio que segue.

2.1 A história do ensino da arte

A arte como disciplina decorre de todo um processo da arte enquanto manifesto de comunicação e expressão humana. Portanto para compreendê-la no presente há que se fazer uma incursão em seu passado. A arte está ligada a um conceito de expressão de cultura de um povo, ou seja, a Arte é o retrato da cultura dentro do momento em que está sendo produzida, que vem do artista que deve ter em seu trabalho uma coerência temática e filosófica. O artista tem um compromisso com o seu tempo, de exteriorizar sua visão específica do mundo que o cerca.

É muito importante o conceito da Arte no desenvolvimento intelectual do ser humano. É uma forma de expressar emoções, sua história e sua cultura através de alguns valores estéticos, como beleza, harmonia, equilíbrio. A arte pode ser representada através de várias formas, em especial na música, na escultura, na pintura, no cinema, na dança, entre outras. Proporciona uma gama de sentimentos diversificados que as múltiplas linguagens favorecem, fazendo-nos experimentar diferentes sensações e realidades, pois o olhar é constantemente provocado por meio das linguagens da arte.

A arte acompanha a sociedade e seus problemas sociais. Podemos afirmar que arte é inovar, criar, transformar construir e desconstruir. Pesquisar e estar atento ao momento atual é uma das características de um artista e de um professor de arte, pois, as práticas educativas surgem de mobilizações sociais, pedagógicas, filosóficas, e, no caso da arte, também artísticas e estéticas.

No Brasil foram importantes os movimentos culturais na correlação entre arte e educação desde o século XIX. Eventos culturais e artísticos, como a criação

da Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro, e a presença da Missão Francesa e de artistas europeus de renome definiram nesse século a formação de profissionais de arte ao nível institucional. No século XX, a criação de universidades (anos 30), o surgimento das bienais de São Paulo a partir de 1951, os movimentos universitários ligados à cultura popular (anos 50/60), da contracultura (anos 70), a constituição da pós-graduação em ensino de arte e a mobilização profissional (anos 80), entre outros, vêm acompanhando o ensino artístico desde a sua introdução até a sua expansão por meio da educação formal e outras experiências (em museus, centros culturais, escolas de arte, conservatórios, etc).

Isto nos faz ver as correlações dos movimentos culturais com a arte e com a educação em arte. As mudanças que ocorrem são caracterizadas pela dinâmica social que interfere, modificando ou conservam as práticas vigentes. (FUSARI; FERRAZ, 1993)

Dentre as mais relevantes interferências sociais e culturais que marcam o ensino e a aprendizagem em arte podemos destacar:

- a) Os comprometimentos do ensino artístico (desenho) visando uma preparação para o trabalho (operário) originado no século XIX durante o Brasil Imperial e presente no século XX;
- b) Os princípios do liberalismo (ênfase na liberdade e aptidões individuais) e do positivismo (valorização do racionalismo e exatidão científica), por um lado, e da experimentação psicológica, por outro, influenciando na educação escolar em geral (escolas “tradicional” e “nova”) e também na educação em arte, ao longo do século XX;
- c) O caos, os conflitos, os tecnicismos e a dependência cultural delineados no ensino de arte após a implantação da Educação Artística nas escolas brasileiras na década de 70 (Lei de Diretrizes e Base 5692/71)
- d) A retomada de movimentos de organizações de educadores (principalmente as associações de arte-educadores), desde o início dos anos 80;
- e) A discussão e luta para inclusão da obrigatoriedade de Arte na escola e redação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, após a Constituição Brasileira de 1988;
- f) A retomada das investigações e experiências pedagógicas no campo da arte; sistematizações de cursos ao nível de pós-graduação;
- g) As novas concepções estéticas tendências da arte contemporâneas

modificando os horizontes e conseqüentemente a docência em arte;

h) Os debates sobre conceitos e metodologias do ensino de arte, realizados em caráter nacional e internacional, a partir dos anos 80;

i) A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC em 1997/98 e o referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, em 1998. (FUSARI; FERRAZ, 1999, p. 28)

A preocupação com a educação em arte tem mobilizado pesquisadores, professores e artistas, os quais vêm procurando fundamentar e interferir nessas práticas educativas. (FUSARI; FERRAZ, 1999)

O ensino da arte tem sido uma disciplina obrigatória em escolas primárias e secundárias no Brasil. No currículo estabelecido em 1971 os objetivos e o currículo configurado na Lei Federal nº 5692, denominada "Diretrizes e Bases da Educação", estabeleceu uma educação tecnologicamente orientada. As artes eram aparentemente a única matéria que poderia mostrar alguma abertura em relação às humanidades e ao trabalho criativo, porque mesmo filosofia e história haviam sido eliminadas do currículo. (FUSARI; FERRAZ, 1999)

A Lei Federal que tornou obrigatória as artes nas escolas exigia do professor o grau universitário. O Governo Federal decidiu criar um novo curso universitário para preparar professores para a disciplina Educação Artística, sendo que a maioria dos professores de artes não eram formados em arte. Os cursos de arte-educação nas universidades foram criados em 1973, compreendendo um currículo básico que poderia ser aplicado em todo o país.

Pensar o ensino da arte é então pensar na leitura e produção na linguagem da arte, o que, por assim dizer, é um modo único de despertar a consciência e novos modos de sensibilidade. Isso pode nos tornar mais sábios, sejam sobre nós mesmos, o mundo ou as coisas do mundo, seja sobre a própria linguagem da arte. (MARTINS, 1998, p. 46).

A arte tem um papel de destaque na construção de uma vida mais livre. A prática artística tem se mostrado relevante para proporcionar maior riqueza interior, vitalidade e qualidade de vida. A experiência em arte é capaz de engrandecer toda e qualquer prática da vida humana. Pode-se observar que muitas pessoas interessadas em adquirir conhecimento nem sempre podem se incluir devido à necessidade de recursos financeiros, a falta de oportunidades ou até mesmo questões de deslocamentos. (FUSARI; FERRAZ, 1999)

Temos também a contribuição da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza:

[...] que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências; e assegura aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

Embora as leis, a verdade é que o ensino escolar brasileiro continua aberto a poucos, e essa situação acontece principalmente no caso de alunos com deficiência. Mantoan (2006) diz que:

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminações, nem espaços segregados de educação (p. 23).

É preciso fazer valer o direito à educação. No caso de pessoas com deficiência, é preciso apoio e parcerias, para juntos enfrentar essa tarefa de todos que é o ensino de qualidade.

Ao olhar o cotidiano escolar, percebe-se a riqueza de oportunidades de aprendizagem real e concreta do ensino da disciplina de artes e grandiosidade de oportunidades de construir um novo olhar sobre o mundo. Porém, estas oportunidades às vezes são tolhidas por falta de material pedagógico e espaço de trabalho. Sendo, que este problema pode ocorrer em várias disciplinas, mas, nosso olhar, nesse momento, está voltado para a disciplina de artes, que não pode perder seu espaço de aprendizagem junto aos educandos, o que é o seu direito.

Atualmente, com o avançar da ciência pedagógica, os docentes ainda estão inseridos nas denominadas teorias não críticas de educação, pois seu fazer pedagógico está plenamente integrado aos preceitos da pedagogia liberal, a qual sustenta a ideia de que a escola tem a função de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais de acordo com as aptidões individuais. É necessário, pois, adaptar-se aos valores sociais e às normas vigentes da sociedade de classes, considerando-se a cultura individual.

Assim sendo, a proposta pedagógica da ação docente contemporânea, ocorrerá considerando as situações contextuais como mola propulsora para a dinâmica da prática educativa, aliadas à visão de totalidade e ao tipo de homem que se pretende formar. A socialização do saber e da produção do conhecimento proporciona ao aluno liberdade de pesquisa e de expressão. (CORRÊA, 2004)

Sendo assim, considerando o ensino da arte e o aluno com deficiência mental leve no atual processo de inclusão, que é estar junto, podemos afirmar que as possibilidades de aprendizagem são relevantes para todos do grupo da sala de aula, pois, a aprendizagem no processo “estar junto” é para todos, onde o desenvolver da aprendizagem vai se constituindo na prática e na aquisição de novas habilidades e de um novo olhar sobre os conceitos estudados. A disciplina de artes oportunizará a construção de várias atividades que promovem o crescimento do educando, pois todos devem ter oportunidades iguais, apesar do nível intelectual. Para a criança com deficiência mental leve a oportunidade de trabalhar com o imaginário e também com o concreto sem ter padrões demarcados são fundamentais.

2.2 O papel da arte na formação do sujeito

Desde que o ser humano nasce ele já fica no meio da arte, pois a gente vê os desenhos, ouve músicas, tem uma história cultural e artística, que contribui com o conhecimento.

Como ser humano, vai aprendendo e pegando o gosto por imagens, música, entre outras referências artísticas.

Definir o que é arte é quase impossível, pois varia de acordo com o tempo, a cultura e até mesmo os conceitos de cada sujeito. A partir de conhecimentos construídos, é possível dizer então que arte é produção humana e é uma área de conhecimento humano insubstituível na capacidade de proporcionar experiência única de reunir todas as dimensões humanas: emotiva, racional, mística e a corporal. É algo maravilhoso que dá prazer às pessoas, é cultura, é expressão de uma atividade. É de extrema importância que cada sujeito entenda e conheça um pouco da arte, pois a mesma é essencial para a construção de nossa identidade e nos dá oportunidade de conhecermos as manifestações de outras culturas, assim como ressignificar nosso olhar diante das questões que estão postas na sociedade.

O conhecimento em arte permite ao sujeito, conhecer-se a si mesmo, percebendo-se como um produtor histórico e cultural que pode se comunicar com o passado, viver ativamente o presente e intervir no futuro sendo crítico, e transformando a sociedade da qual faz parte. Neste sentido Almeida (2005) afirma:

O que me espanta é que em nossa sociedade a arte só tenha relação com os objetos e não com os indivíduos ou com a vida; e também que a arte seja um domínio especializado, o domínio dos especialistas que são artistas. Mas a vida de todo indivíduo não poderia ser uma obra de arte? Por que um quadro ou uma casa são objetos artísticos, mas não a nossa vida? (2005, p. 331).

Mesmo em diferentes contextos históricos e culturais a arte sempre representou e localizou o sujeito apreciador, ou mesmo o artista, de como as diferentes expressões revelam e desvelam os estilos, pensamentos e manifestações singulares. É possível dizer então, que “arte são certas manifestações da atividade humana, diante das quais nosso sentimento é admirativo, isto é, nossa cultura possui uma noção que denomina solidamente algumas de suas atividades e as privilegia” (COLI, 1987, p. 8).

Ampliando ainda mais o conceito de arte, descobre-se que as diversas épocas constroem uma espécie de pano de fundo estilístico comum, por mais diferentes que sejam. (COLI, 1987).

De acordo com Martins (1998, p. 41), “toda linguagem artística é um modo singular de o homem refletir – reflexão/reflexo – seu estar-no-mundo. Quando se trabalha com diferentes linguagens, o coração e a mente atuam juntos em poética intimidade”.

Concordo com Martins em sua fala quando aproxima o sujeito do processo de criação e da própria experiência com a arte, neste caso com as diferentes linguagens. Desta forma, o ser humano desenvolve o processo de produção de conhecimento, por meio destas experiências, onde surge o sentimento e o desenvolver das manifestações para demonstrar as emoções. Ou seja, a arte é a manifestação dos sentimentos do ser humano, independente da dificuldade de sua definição. O fato é que ela está presente na história humana desde o início dos tempos.

Atualmente, entende-se a arte enquanto um campo de conhecimento específico ligado a diferentes esferas e que humaniza o sujeito colocando-o em

sintonia com o patrimônio cultural da humanidade, importante legado da construção de conhecimento histórico produzido pelo homem.

O acesso à arte para todos é um desafio constante e a escola pode e deve ser um dos espaços privilegiados para que se possibilite os conhecimentos artísticos a todos os sujeitos (alunos) que nela circulam e convivem. De acordo com a Proposta Curricular de Criciúma (2008, p. 108):

[...] entendemos que a escola pública é o espaço privilegiado de acesso aos conhecimentos sistematizados da arte pelos/as educandos/as que nela freqüentam. É no espaço escolar que os/as educandos/as, desde a infância, ampliam seu saber artístico em quatro aspectos: no fazer, no contextualizar, no refletir e no transformar socialmente, pensam sobre arte e ampliam seus referenciais.

Quando os documentos oficiais da educação dizem que é para os estudantes, para os alunos, isso quer dizer TODOS os alunos, sem excluir nenhum. E a arte na educação e mais ainda em nossa sociedade é de extrema importância. Uma boa formação em arte permitirá ao aluno novos repertórios que construirão repertórios outros e assim ampliarão as possibilidades de uma sociedade mais humana e sensível para todos. De acordo com o PCN:

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracterizam um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana: o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e imaginação, tanto ao realizar formas artísticas quanto na ação de apreciar e conhecer formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas. (BRASIL, 1998, p. 19).

Nessa perspectiva, o aluno com deficiência mental leve tem oportunidade, como todos de estar vivendo uma escola como espaço educativo, é relevante possibilitar o acesso à arte e a cultura para todas as crianças e jovens. Neste sentido:

É papel da escola incluir as informações sobre a arte produzida nos âmbitos regional, nacional e internacional, compreendendo criticamente também aquelas produzidas pelas mídias para democratizar o conhecimento e ampliar as possibilidades de participação social do aluno. (BRASIL, 1997, p. 35).

A arte na escola é muito importante e não pode ser vista como supérfluo ou desnecessário, deve ser vista como parte do processo ensino aprendizagem, ela

deve estar em constante diálogo com outras disciplinas para formar jovens mais críticos e questionadores dos problemas eventuais que possivelmente virão pela frente.

De acordo com Ana Mae Barbosa (2003), o potencial da arte como área de conhecimento significa que:

Por meio da arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, aprender a realidade do meio, desenvolver a capacidade crítica, permitindo ao indivíduo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada. (BARBOSA, 2003, p. 18).

O professor de artes é o sujeito que vai intermediar os conhecimentos trazidos pela criança no seu histórico e oferecer oportunidades de conhecer novos conceitos e conhecimentos (ARAGÃO, 2007). Ser professor de arte é um desafio e também conquistas, principalmente para aqueles que pensam em um perfil de um novo professor, conquistando o respeito dos alunos pelo conhecimento e atividades propostas, sempre reverenciando a realidade diversificada que cada aluno trará para o contexto escolar.

Deixe os alunos surpreendê-lo com idéias inesperadas e aceite o novo, o imprevisível. Porém, a proposta de educar através da mediação, da amizade, do despertar da criatividade não significa que o professor deve fazer tudo que os alunos querem, mas ao menos escutá-los, nem que seja de vez em quando. (ARAGÃO, 2007, p. 19).

Enfim, o ensino da arte no espaço escolar, busca sensibilizar os educandos para o contato com as diferentes manifestações artísticas, contribuindo para que os mesmos ampliem sua visão de mundo, capazes de produzir arte e perceber-se como integrante de sua própria história.

Desde o nascimento, o indivíduo passa a viver em um mundo que já tem uma história social de produções culturais e artísticas que contribuem para a estruturação de um senso estético. Interagindo com o ambiente vai aprendendo a demonstrar prazer e gosto por imagens, músicas, falas, movimentos, histórias, jogos e informações diversas (conversas, livros ilustrados, televisão, vídeos, cartazes, vitrines, etc.). Gradativamente vai dando forma a sua maneira de admirar, gostar, julgar as diferentes manifestações culturais de seu grupo, entre elas, as obras de arte. A arte é a dinâmica da vida.

A criança que, com deficiência mental leve, juntamente com todos vai apropriar-se deste momento em que o ensino da arte também está constituído com um novo olhar, busca o contato com as diferentes manifestações artísticas. Vai construir seu espaço como igual em sua diferença, construindo junto com todos, suas atividades, vivencia o processo, mesmo que seu ritmo seja diferente

[...] antes de ser preparado para explicar a importância da arte na educação, o professor deverá estar preparado para entender e explicar a função da arte para o indivíduo e a sociedade. O papel da arte na educação é grandemente afetado pelo modo como o professor e o aluno vêem o papel da arte fora da escola. [...] A arte não tem importância para o homem somente como instrumento para desenvolver sua criatividade, sua percepção etc., mas tem importância em si mesma, como assunto, como objeto de estudo. (BARBOSA, 2005, p. 90-113).

As obras de arte participam direta e indiretamente da nossa vida. É nessa abrangência que o professor deve compor os conteúdos e mobilizar as atividades que diversifiquem e ampliem a formação artística de seus alunos, inserindo todos, inclusive os alunos com necessidades especiais.

A partir dessas vivências, poderão desenvolver novas habilidades e saberes básicos, significativos e ampliadores de suas sensibilidades e cognições a respeito das modalidades artísticas.

O trabalho com a arte na escola tem uma amplitude limitada, mas ainda assim há possibilidade dessa ação educativa ser quantitativa e qualitativamente bem feita. “Para isso, o professor precisa aperfeiçoar-se continuamente, tanto em saberes artísticos e sua história, quanto em saberes sobre a organização e o desenvolvimento do trabalho e da educação escolar em arte”. (FERRAZ; FUSARI, 1999).

Para a realização de cursos de arte com qualidade:

Não é suficiente dizer que os alunos precisam dominar os conhecimentos, é necessário dizer como fazê-lo isto é, investigar objetivos e métodos seguros e eficazes para a assimilação dos conhecimentos. [...] O ensino somente é bem sucedido quando os objetivos do programa coincidem com os objetivos de estudo dos alunos e é praticamente tendo em vista o desenvolvimento de suas forças intelectuais. [...] Quando mencionamos que a finalidade do processo de ensino é proporcionar aos alunos os meios para que assimilem ativamente os conhecimentos é porque a natureza do trabalho docente é a mediação da relação cognoscitiva entre alunos e as matérias de ensino. (LIBÂNIO, 1991, p. 54-55).

Evidentemente, cada aluno mostrará seus próprios interesses. O professor deverá explorar esses interesses e conduzir o aluno a um envolvimento mais amplo. Aproveitando os conhecimentos adquiridos pelos alunos e assim desenvolver atividades de acordo com o currículo, mas que atendam aos interesses do grupo que esta desenvolvendo o trabalho.

Devolvamos a arte à educação em artes. É preciso que avaliemos, o mais objetivamente possível, tudo aquilo que fazemos na sala de aula e que reorientemos nossa conduta numa direção, e trate mais especificamente da aprendizagem em arte do que do desenvolvimento pessoal de qualidades, não necessariamente relacionados com a arte. (LANIER, 1984, p.7).

Diferentes encaminhamentos metodológicos indicam as características das práticas pedagógicas escolhidas pelos professores: tantos tópicos de conteúdos programáticos (ou assuntos) em arte quanto as atividades e exercícios, organizados para os alunos aprenderem novos saberes.

A organização desse processo de escolarização supõe a intermediação do professor, com seus posicionamentos práticos e teóricos. São posicionamentos a respeito de aspectos selecionados do conhecimento em arte, de métodos com (suas etapas e técnicas) e de meios de comunicação educativos. A mediação se completa quando esses aspectos se entrelaçam com o intuito de alcançar os objetivos de aprendizagem de saberes artísticos e estéticos essenciais e necessários para que os alunos compreendam e interpretem a cultura de sua região, seu país, e saibam atuar para melhorá-la, no exercício de sua cidadania (que é a finalidade da educação). Essa finalidade deve ser algo para todos e não somente para alguns.

3 A ESCOLA INCLUSIVA E O DIÁLOGO COM A ARTE

O processo de construção histórico da educação especial mostra uma sucessão de paradigmas, não necessariamente em forma linear, havendo, com frequência, simultaneidade em suas influências. O paradigma que tem exercido o impacto mais profundo foi às primeiras tentativas de educar crianças consideradas com baixos níveis de inteligência, com quadro de atraso mental, prevalecia o pensamento de que tais crianças dificilmente seriam educáveis. Pensava-se que somente precisavam de cuidados medicinais. (BEYER, 2010).

Os paradigmas foram modificando e o foco dos aspectos pedagógicos referentes à educação especial foi transformando-se, com um elemento intermediário entre a medicina e pedagogia, com a construção da pedagogia terapêutica, com uma psiquiatria aplicada. Este processo continuou, com alguns avanços dentro do sistema de leis que influenciam e ditaram as regras para a sociedade e os novos caminhos da escola. (BEYER, 2010).

A escola sempre procurou, para lidar com as complexas variedades de características de alunos, a simplificação através do estabelecimento de grupos homogêneos, usando critérios e nivelamento, tais como idade, sexo, condições cognitivas, etc.

O sistema escola produz redução da complexidade da deficiência, quando separa os saudáveis dos doentes. Seu meio é a organização burocrática escolar, que regula [...]. Para deficientes há escolas especiais. (BEYER, 2010, p. 258)

O autor reforça o pensamento de exclusão fortemente enraizado na história da deficiência e também do processo de construção dos conceitos de escola. Encontramos sistemas escolares paralelos devido à pressão exercida por modelos concentradores normativos. Crianças que não contemplam as medidas de normalidade ou de desempenho satisfatório, conforme o currículo escolar são rejeitadas e “ajeitadas” no sistema escolar especial. (BEYER, 2010).

Considerando que a diferença faz parte do ser humano e reconhecendo a diversidade como algo real, onde todo o cidadão pode usar de seus direitos um novo conceito surge, conceito denominado inclusão. Esse é o termo que se denomina

para uma sociedade que considera como todos os seus membros legítimos. (MANTOAN, 1997).

Portanto, conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. O que autora afirma que:

A inclusão é uma ruptura de base na estrutura organizacional da educação, por isso, quem mais está autorizado, no sentido de ter maior competência para realizar esse novo trabalho (desafio), somos nós educadores. E devemos lembrar que “o papel do professor é ser regente de classe, e não especialista em deficiência.” (MANTOAN, 2006, p. 26).

Assim, a pessoa portadora de deficiência tem o direito de encontrar na sociedade seus caminhos para as realizações de seus objetivos sendo o seu desenvolvimento um processo pelo qual a sociedade deve se adaptar pelas suas limitações e não mais excluir. Então, a inclusão social direciona a construção de um novo sistema de sociedade através de pequenas e grandes transformações, incluindo as dos espaços físicos e principalmente o pensamento das pessoas, inclusive das portadoras de deficiência.

Para compreender o contexto da deficiência, é necessário conhecer o conceito de deficiente mental: A principal característica da deficiência intelectual é a redução da capacidade intelectual (QI), situada abaixo dos padrões considerados normais para idade, se criança, ou inferiores à média da população, quando adultas. A pessoa com deficiência na maioria das vezes apresenta dificuldades ou nítido atraso em seu desenvolvimento neuropsicomotor, aquisição da fala e outras habilidades (comportamento adaptativo conceituais, sociais ou práticos). Segundo a vertente pedagógica, o deficiente mental será o indivíduo que tem uma maior ou menor dificuldade em seguir o processo regular de aprendizagem e que por isso tem necessidades educativas especiais, ou seja, necessita de apoios e adaptações curriculares que lhe permitam seguir o processo regular de ensino. (NASCIMENTO, 2007)

Das teorias correntes da educação de pessoas com deficiência, o ponto de vista sociológico é resultado de uma mudança radical na forma de encarar esta educação: a deficiência não é um determinado estado médico e também não é um produto obrigatório das instituições, mas, muito mais um processo de atribuição de expectativas sociais. Ela está ligada às normas,

os preconceitos e valores presentes na integração entre os que definem e os que são definidos, e é a lingüística e simbologicamente mediada, O deficiente desvia-se das normas da sociedade, porque ele é "outro de uma forma não desejável". Mecanismos sociais de controle equiparam-no com a etiqueta da deficiência... (BLEIDICK, 1981, p. 262 apud BEYER, 2010)

Os graus de deficiência mental, mesmo em diferentes correntes para determinar o grau de deficiência mental, são as técnicas psicométricas que mais se impõem, utilizando o QI para a classificação desse grau. O conceito de QI foi introduzido por Stern e é o resultado da multiplicação por cem do quociente obtido pela divisão da IM (idade mental) pela IC (idade cronológica). São: Deficiência mental profunda, severa, media e leve. (NASCIMENTO, 2007)

Em nosso estudo veremos com ênfase a deficiência mental leve, que tem como características:

- São educáveis;
- Podem chegar a realizar tarefas mais complexas;
- A sua aprendizagem é mais lenta, mas podem permanecer em classes comuns embora precisem de um acompanhamento especial;
- Podem desenvolver aprendizagens sociais e de comunicação e têm capacidade para se adaptar e integrar no mundo laboral;
- Apresentam atraso mínimo nas áreas perceptivas e motoras;

Muitas vezes, somos cobrados com base em uma normalidade, algo que nos iguala a um padrão, mas por que temos que ser iguais? Não sabemos. Talvez porque ficaria mais fácil ou acessível conviver com o igual, não me incomodaria e não haveria necessidade de me auto-reconhecer perante a diversidade? "Na verdade, o que o homem vê e teme é a sua própria fragilidade perante a vida, a sua própria finitude. O conflito originado do confronto do que ele é com o que ele pode vir a ser provoca no homem toda repulsa em relação à diferença". (MANTOAN, 1997) Para tanto, na complexidade desse tema, proponho um recorte para falar da educação Especial na Perspectiva de sua legislação.

3.1 Educação especial e legislação

Os portadores de deficiência, por muitas décadas foram considerados um desacato à sociedade. Conforme a concepção do homem, a deficiência era um

perigo para a continuidade da espécie, diante dos valores morais, religiosos e éticos agiam com uma política extremamente exclusiva (NASCIMENTO, 2007).

Em Esparta, na antiga Grécia onde a beleza física era um portal para a sociedade, as crianças portadoras de deficiência eram jogadas ao Rio Tigre e ainda na Idade Antiga os seres humanos que tivessem algum comportamento diferente eram considerados feiticeiros e bruxos, a imagens do diabo, com forças sobrenaturais. No início do século XX as pessoas com deficiência eram exorcizadas e ainda no mesmo, a medicina se dedicou ao estudo do “problema”, resultando então no diagnóstico onde a deficiência não era relativa a bruxarias e entre outros, mas sim uma patologia, mesmo assim, as pessoas eram colocadas em asilos, porém agora para serem tratadas. Nessa época, o abandono e a eliminação das pessoas com deficiências eram atitudes normais (NASCIMENTO, 2007).

Na década de 60 iniciou a busca pela integração social, o que passou por vários anos até na década de 80 onde foi mais vivenciada, contudo a verdade é que a sociedade não deveria ser modificada para então o indivíduo portador de alguma deficiência poder viver em democracia, mas sim a pessoa deficiente deveria se ajustar para então ser inserido no meio social. A partir da década de 90 o processo de inclusão escolar passa a ser o foco da educação especial. (NASCIMENTO, 2007)

Na conferencia de JOMTIEM, nome genérico dado a conferência realizada na cidade de JOMTIEM na Tailândia, em 1990 cujo objetivo foi estabelecer o compromisso para garantir a todas as pessoas, os conhecimentos básicos necessários para uma vida mais digna. Adventos esses indispensáveis para uma sociedade mais humana e justa. A sociedade mundial também se organiza para participaram da discussão. A UNESCO e a UNICEF, com o apoio do Banco Mundial, e várias outras organizações intergovernamentais, regionais e organizações não governamentais se mobilizaram. A Conferência Mundial de Educação Especial ocorrida na cidade de Salamanca na Espanha, que resultou na “Conferência de Salamanca” em 1994, cujo foco principal foi a atenção educacional aos alunos com necessidade especial, surge então à inclusão escolar. (NASCIMENTO, 2007).

Esta estrutura de ação em educação especial, a Conferência de Salamanca na Espanha, baseia-se no direito de que qualquer pessoa portadora de deficiência tenha direito a sua educação. Monteiro remete-se ao que afirma Mitler para elucidar melhor estas questões.

Neste sentido, contribui para nossa reflexão, pois para ele a inclusão no campo educacional, [...] envolve um processo de reforma e reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. (MITTLER, 2003, p. 25 apud MONTEIRO, 2007, p. 6)

Na realidade, as pessoas portadoras de deficiências têm os mesmos direitos como quaisquer cidadãos ditos “normais” pela sociedade, mas infelizmente ainda não são respeitados por inteiro esses direitos, portanto serão apresentados alguns documentos e leis que orientam as políticas públicas a trabalhar a respeito da inclusão escolar, entre eles a

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) - esta declaração assegura às pessoas com deficiências os mesmos direitos de todos os cidadãos, tais como: direito à liberdade, a uma vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e a livre participação na comunidade. (ANTUNES, 2008, p.17)

Declaração de JOMTIEM – documento elaborado na conferência mundial sobre educação para todos, realizada na cidade de JOMTIEM na Tailândia 1990. Também conhecida como Conferência de JOMTIEM, seu objetivo é satisfazer as necessidades básicas das aprendizagens para todas as crianças, jovens e adultos, considerados um dos principais documentos mundiais, onde reforça o direito a cada pessoa – crianças, jovens ou adultos – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagens. “Essas necessidades compreendem tanto em instrumentos (leitura, escrita, expressão oral...) como também em conteúdos básicos para a aprendizagem (conhecimento, habilidades, valores...)”. (ANTUNES, 2008, p. 16-18)

Quanto à Declaração de Salamanca: foi construída na conferência mundial sobre as necessidades educativas especiais: acesso a qualidade, em Salamanca (Espanha), em 1994, realizada na UNESCO. O objetivo principal desta conferência foi a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais. Nesta conferência, os países fizeram declarações onde pontuavam definições como:

- Educação inclusiva: Capacitar escolas comuns em atender todos os alunos, especialmente aqueles que têm necessidades especiais.

- Princípio da inclusão: Reconhecimento da necessidade de caminhar rumo à – escola para todos – um lugar que inclua todos os alunos celebre a diferença, apóie a aprendizagem e responda às necessidades individuais.
- Toda pessoa tem o direito fundamental à educação e a ela deve ser dada a oportunidade de atingir e manter um nível aceitável de aprendizagem.
- Todo aluno possui características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que são singulares. Os sistemas educacionais devem ser projetados e os programas educativos implementados de tal forma a considerar a ampla diversidade dessas características e necessidades.
- As escolas devem acomodar todos os alunos independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais... O desafio de uma escola inclusiva é de desenvolver uma pedagogia centrada no aluno capaz de educar a todos inclusive aqueles com deficiências severas.
- O princípio de uma escola inclusiva consiste em que todas as pessoas aprendam juntas, onde quer que isto seja possível, não importam quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Escolas inclusivas precisam reconhecer e responder às necessidades diversificadas de seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, mudanças organizacionais, de estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades.
- Os currículos devem ser adaptados às necessidades dos alunos e não o inverso. As escolas devem, portanto, oferecer oportunidades curriculares que adaptem a alunos com diferentes interesses e capacidades.
- A fim de acompanhar o progresso de cada aluno, os procedimentos de avaliação devem ser revistos.
- Aos alunos com necessidades educacionais especiais devem ser oferecidas diferentes formas de apoio, desde uma ajuda mínima em classes comuns até programas adicionais de apoio à aprendizagem na escola, bem como a assistência de professores especialistas e de equipe de apoio externo. (ANTUNES, 2006)

Em 2001, acontecia a Convenção de Guatemala: convenção da Organização dos Estados Americanos, Decreto Número 3.956, de oito de outubro de

2001, esta convenção tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminações contra as pessoas portadoras de deficiências. (ANTUNES, 2006).

A política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (ANTUNES, 2006).

O ministério da educação (MEC) desenvolve, por meio de sua Secretaria de Educação Especial, uma política que visa à integração das crianças com dificuldades e com necessidades especiais no sistema de ensino, propondo a inclusão sem limites. (ANTUNES, 2008).

Entretanto, para que de fato ocorra, é necessário reconhecer que a inclusão implica uma reestruturação das escolas e a necessidade de implementação de uma pedagogia voltada para a diversidade e para as necessidades específicas do aluno em diferentes contextos. Assim, comprova-se que tudo o que já foi feito representa um salto expressivo, mais ainda precisa se efetivar nas escolas regulares.

A inclusão é defendida também no ECA – Estatuto da Criança e Adolescentes – Art.53. A criança e o adolescente têm direito a educação visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o seu exercício da cidadania e preparação para o trabalho. Nesse caso, sem especificar que só alguns teriam esse direito, o que inclui:

- I – igualdades e condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direitos por ser respeitado por seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer as instancias escolares superiores;
- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;

V – acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Já no ano de 1996 com tudo a LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação Especial teve uma ajuda relevante em uma área tão pouco explorada até então. Assim sendo, essas leis deram acesso a pessoas portadoras de deficiências a participarem frequentemente da rede regular de ensino com apoio especializado para atender as peculiaridades do aluno especial.

Art.58 – Entende-se por educação especial, para efeito desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1 – Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§2 – O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3 – A oferta de educação especial, dever constitucional do estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art.59 – Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I- Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos se organizarão específicos, para atender às suas necessidades;

II- Idade final específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtudes de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III- O professor com especialização adequada em nível médio ou superior, para o atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV- Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante a articulação com os órgãos oficiais a afins, bem como para aqueles que apresentarem uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;

V- Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares, disponível para respectivo nível de ensino regular.

Art.60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.

As Políticas Nacionais de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e aprendizagem dos alunos com deficiência nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino a promover respostas às necessidades educacionais especiais. Entre esses objetivos destaca-se a iniciação à educação especial na escola regular desde a educação infantil, até a educação superior sempre em busca da continuidade da escolarização, com atendimento educacional especializado. A formação de professores com especialização, juntamente com demais profissionais da área da educação para a inclusão escolar, e a participação da comunidade e família; e a acessibilidade adaptada aos portadores de deficiência, arquitetônicos, urbanísticos e nos transportes, entre outros. (BEYER, 2010)

Portanto, é de grande valor ter o mínimo do conhecimento das leis que regem pelos direitos das pessoas portadoras de deficiência, para que todos os cidadãos possam aprender a respeitar a diferença como algo presente na realidade vital.

Se por algum momento todos parassem para pensar que a deficiência pode acontecer a qualquer cidadão, talvez fosse mais fácil trabalhar com o conceito da inclusão. Felizmente a evolução das ações referentes à educação especial nos últimos anos já apresenta um expressivo crescimento, mas, ainda tem muito para acontecer.

3.2 A inclusão e as aulas de artes

A inclusão escolar deve ser diferenciada da integração escolar. O termo integração refere-se à inserção dos alunos com deficiência nas escolas do ensino regular. Pela integração escolar, o aluno tem acesso ao meio escolar através de um leque de possibilidades educacionais, que vai da inserção às salas de aula no ensino regular ao ensino em escolas especiais.

A inclusão questiona as políticas e a organização da educação especial e do ensino regular. O objetivo da integração é inserir o aluno em um grupo de alunos do qual foi anteriormente excluído. O objetivo da inclusão é não deixar ninguém de fora do ensino regular, desde o começo da vida escolar. A escola inclusiva propõe um modo de organização do sistema educacional que atenda às necessidades do aluno especial, inserido em seu grupo, implicando em uma mudança de perspectiva, objetivando atingir não somente os alunos com necessidades especiais e os que apresentam dificuldades na aprendizagem, mas todo o grupo. Os alunos com deficiência são motivo de grande preocupação para os educadores inclusivos. Sabe-se que a maioria dos alunos que fracassam na escola, não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele. (MANTOAN, 1999). A escola inclusiva atende as diferenças sem discriminar ou trabalhar à parte com alguns alunos. Não estabelece regras específicas para planejamentos e avaliações de currículos.

A distinção entre integração e inclusão é uma reflexão para esclarecermos o processo de transformação da escola. Refletir sobre a forma de avaliar, de ensinar, de modo que o aluno não seja penalizado pela repetência, evasão e insucesso escolar. Uma escola inclusiva reconhece e respeita as diferenças individuais. Estimula o avanço, mudança, aperfeiçoamento, crescimento do aluno como ser que se desenvolve, sentindo-se incluído no grupo, em uma experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, embora construído no coletivo da sala de aula.

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora, que provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que abala a identidade do professor e faz com que seja ressignificada a identidade do aluno.

O direito à diferença na escola desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista, bem como suas medidas e seus mecanismos de produção da identidade e da diferença.

Se a igualdade é referência, podemos inventar o que quisermos para agrupar e rotular os alunos com necessidades especiais. Mas se a diferença é tomada como parâmetro, não fixamos a igualdade como norma, caindo toda hierarquia de igualdade e diferenças que sustentam a “normalização”.

Nem todas as diferenças inferiorizam as pessoas. Há diferenças e igualdades. Nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente. É

preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza (SANTOS, 1995). Para o autor, o grande desafio do professor está em enfatizar a eficiência e não a deficiência.

Precisamos aceitar que os seres humanos são essencialmente diferentes e que essa diferença jamais poderá servir de pretexto para estabelecer hierarquia entre melhores e piores, entre certos e errados. Um aluno portador de uma dificuldade especial é certamente diferente de outro, e como tal poderá apresentar um ritmo de aprendizagem desigual, circunstância, entretanto, que não o exclui da aprendizagem, tornando-o apenas diferente como o é. (ANTUNES, 2008).

4 PESQUISA DE CAMPO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa foi realizada na Escola de Educação Básica João Frassetto e Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Fiorento Meller com quatro professores da disciplina de artes que lecionam aulas para alunos com necessidades especiais, em específico com deficiência mental leve.

Quanto à forma de abordagem, a pesquisa atual será desenvolvida dentro de uma perspectiva qualitativa, pois leva em conta o olhar do profissional que trabalha a disciplina de artes, onde as experiências individuais e significados sociais são trazidos de maneira descritiva.

Para desenvolver a pesquisa foi elaborado um questionário com professores da rede estadual e municipal, com o objetivo de conhecer sua realidade profissional de professor e sua forma de desenvolver o trabalho com seus alunos com deficiência.

Para compreender o contexto escolar e, assim, dialogar os escritos do referencial teórico, buscou-se, por meio dos questionários com as professoras, identificar os seus valores trabalhados e vivenciados no meio escolar. Para isso, narram-se os questionários e conversas de quatro professoras, expondo suas falas e opiniões acerca do processo descrito.

4.1 Apresentação e análise dos dados

A seguinte pesquisa intitulada: **O ensino da arte e a inclusão das pessoas com deficiência mental leve**, com o problema da pesquisa: **O que dizem os professores de artes que trabalham com crianças com deficiência mental leve sobre a importância da arte na formação desses sujeitos; e se esse dizer contempla o que consta nas Políticas Nacionais de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva?**

Em virtude do problema necessitou-se a colaboração dos professores de arte que atuam na rede municipal e estadual de Criciúma. Diante disto, foram entregues cinco questionários a distintos professores, sendo que alguns demoraram a aceitar participar de tal pesquisa e um não devolveu. Concluindo a realização da pesquisa com quatro professores.

De posse destes questionários, faremos a seguir uma análise das respostas, baseados em diversos autores que refletem sobre a arte e processo de inclusão, principalmente no cotidiano escolar. Identifico os professores como professor 1, 2, 3 e 4, uma vez que me comprometi em não identificá-los por nome, apesar de solicitar a autorização dos mesmos para o uso de suas respostas.

Primeiramente questionou-se os professores sobre sua compreensão sobre o tema inclusão escolar para que pudéssemos conhecer um pouco sobre os conceitos dos entrevistados. Os professores 1, 2 e 4 têm compreensão parecidas: *“É a participação do aprendiz em todas as atividades desenvolvidas pela instituição ‘escola’”*. *“Que todos os educandos têm direito dependendo de suas necessidades”*. *“Um meio de incluir pessoas com tipo de deficiência, no meio social e escolar”*. Para Mantoan (2006), é importante ressaltar que em um ambiente inclusivo, todos os alunos terão a oportunidade de ampliar seus conhecimentos através da interação entre as pessoas. O aluno poderá aprender a língua dos sinais, a solidariedade poderá ser uma prática efetiva de ajuda mútua, os alunos aprenderam a conviver e valorizar as diferenças, até por que se fossemos todos iguais o mundo não evoluiria, todos pensaríamos iguais, novas ideias deixariam de fluir, não teríamos a oportunidade de conviver com as diferenças e aprender com elas.

O professor 3 apresentou um posicionamento crítico com relação às políticas de inclusão: *“O professor deverá estar atento ao processo de ensino e aprendizagem, para identificar as necessidades peculiares do aluno. A criança portadora de necessidades especiais têm direito à educação que necessitam. Oferecer-lhe menos do que elas precisam e colocar em risco seus direitos à felicidade, pois, dificilmente poderá ter um bom alto conceito dentro de situações nas quais suas dificuldades ficarão mais evidentes. Existem aspectos importantes que devem ser considerados antes de colocar uma criança especial em escola comum. Não se pode negligenciar o direito do portador de necessidade especial à felicidade, será que ela vai ser feliz dentro de um contexto onde suas dificuldades serão evidenciadas? Seu auto conceito vai melhorar? Fará amigos? Será convidada para festas e passeios? Vai sentir-se a vontade para expressar-se?”*

Dificilmente haverá estímulos nas manifestações espontâneas num contexto em que ela não vai sentir-se em situações de igualdade. Assim sendo, a motivação para a aprendizagem estará ameaçada pelo medo do fracasso. Respeitar as diferenças é preciso, assim como nos mostra Mantoan:

A tolerância, sentimento aparentemente generoso, pode vir marcada por certa superioridade de quem tolera. O respeito, como conceito, implica certo essencialismo, uma generalização, que vem da compreensão de que as diferenças são fixas, definitivamente estabelecidas, de tal modo que só nos resta respeitá-las. (2006, p. 22).

A inclusão implica na participação conjunta em um trabalho ou projeto, onde ambas as partes reagem juntas à mesma situação de forma a afetar ou modificar o comportamento ou condição de ambos, de acordo com suas especificidades, buscando promover a construção de identidades particulares, com base na observação das diferenças e, desta forma, procura não o preservar, como também priorizar as diferenças. (PONTO DE VISTA, 1999, p. 29)

Em seguida questionou-se sobre a importância da inclusão e se a mesma faz parte de seu trabalho enquanto professora de artes? De que forma?

As respostas dos professores foram semelhantes. *Professor 1: “Sim, Quando aborda-se a questão da inclusão não está se falando sobre ‘deficiências’ específicas, mas de todos os aprendizes nas diversas formas de aprendizagem, adequando ou oportunizando novas metodologias”.* *Professor 2: “Sim, que eu devo tratar todos iguais, da mesma forma, sem preconceito e colocando seus valores e respeito uns pelos outros”.* *Professor 3: “Sim, elaborando atividades complementares para serem desenvolvidas, incentivando o aluno a analisar a própria experiência”.* *Professor 4: “Sim, estou sempre incluindo e incentivando estes alunos”.* Os professores consideram o processo de inclusão e demonstram nas respostas um posicionamento de apoio e boa vontade para com os alunos com deficiência. Posicionamento reforçado por Antunes (2008) sobre a educação inclusiva, que jamais se afasta da pessoa global e, portanto, se interessa pelo aprofundamento intelectual sem que isso se sobreponha ao emocional, ao físico, ao espiritual e ao criativo. O autor afirma:

Para que essa meta se concretize é essencial que os professores acreditem na educação inclusiva não apenas como um simples “método de trabalho” que dominando passam a aplicar ao seu cotidiano, mas como uma nova maneira de pensar e encarar sua função educativa, a qual passa a assumir como prioridade as relações igualitárias em detrimento às da velha educação marcadas pela prepotência e pela subserviência. (p. 21)

O autor considera necessária esta participação e envolvimento dos educadores no processo de inclusão dos alunos portadores de necessidades

especiais no ensino regular, pois a escola inclusiva deve atender a todos e todas, pois educar é confrontar-se com a diversidade. O professor diariamente convive com as diferenças, pois, os seres humanos são diferentes em sua essência, e por este motivo também são ricos em experiências, vivências que confrontam e necessitam de atendimento e encaminhamentos pedagógicos direcionados.

Entre os questionamentos, foi perguntado aos professores a sua opinião sobre o papel do professor de artes no contexto da inclusão escolar. As respostas dos professores foram próximas em sua essência: *Professor 1: “É o mesmo papel das demais disciplinas”*. *Professor 2: “É colocar os valores e respeito a cada um dos seus docentes para que possa fazer a fruição e construção de seu trabalho”*. *Professor 3: “Planejar e controlar o tempo a cada atividade, preparar as atividades e os materiais articulando-os com dados contextualizados na realidade local, para enriquecimento dos trabalhos”*. *Professor 4: “Mostrar para estes alunos que são importantes e iguais aos outros, despertando sua imaginação e criatividade no decorrer das aulas”*. Os professores percebem que o valor da disciplina de artes no contexto da inclusão é igual das demais disciplinas, porém, segundo Richter (2005), é por meio da arte que podemos nos confrontar com novas possibilidades de criação, tendo a oportunidade de sermos livres para ousar em busca de novos conhecimentos e experiências. Nesse sentido, as entrevistadas se referem ao fazer artístico como uma atividade em que o aluno expressa seu lado emocional e particular. Associarmos estas ideias nos proporciona uma parte de si mesma: como pensa, como sente, como vê. Assim, ao criar, a criança exterioriza seus sentimentos, emoções, particularidades, enfim ela produz o reflexo de sua essência. Para Ferraz e Fusari (1999, p.55). “A expressão infantil é, pois a mobilização para o exterior de manifestações interiorizadas e que formam um repertório constituído de elementos cognitivos e afetivos”.

Ao serem questionados sobre a experiência de ter ou se já tiveram aluno com necessidades educativas especiais, em específico com deficiência mental leve, as professoras, ao falar sobre essa experiência, fizeram as seguintes colocações:

Professor 1: “A experiência com este tipo de aprendiz é possível e dá excelentes resultados na área artística, a dificuldade está no tempo para atendê-los frente a uma turma de mais ou menos 35 alunos e tempo/hora/aula”. *Professor 2: “Sim, tem que ter compreensão, saber os limites e mostrar os desafios que ele possa alcançar”*. *Professor 3: “Sim, as atividades motoras podem desenvolver sua*

coordenação, suas habilidades visuais e auditivas e seu raciocínio criativo". Professor 4: "Sim, são muitos carinhosos, educados. Tudo que queremos, pedindo com delicadeza, alcançamos um resultado muito satisfatório".

Os relatos dos entrevistados são todos positivos, consideram os resultados produzidos favoráveis ao aprendizado dentro da disciplina. E neste aspecto, caso estas salas estejam devidamente articuladas com o professor e sua didática em aula, pode haver um bom trabalho de equipe, resultando em experiências positivas para o aluno. Este posicionamento é confirmado por Beyer (2010), quando afirma que aluno, por ter deficiência mental, deveria receber atendimento em escola especial, poder-se-ia estar ignorando condições de aprendizagem do aluno que, talvez, lhe assegurariam um processo razoável de aprendizagem na escola regular. Para que o atendimento escolar de alunos com deficiência seja possível no ensino regular, deve haver a tomada de consciência e disposição de participação no processo por parte dos vários sujeitos envolvidos (pais, crianças, professores, gestores, etc.)

Aos entrevistados foi perguntado sobre a sua opinião, se deve contemplar o currículo em artes no contexto da inclusão escolar. As respostas foram diferentes.

Professor 1: "O assunto é amplo, mas não se deve esquecer a cultura local e do nosso país nas diversas séries". Professor 2: "Expressão e movimentação corporal e materiais expressivos". Professor 4: "O valor de cada aluno e sua importância, incentivando-os durante as produções, despertando a criatividade e imaginação". Somente o professor 3 respondeu de forma mais coerente com a pergunta: "A finalidade da educação é mesma em essência, tanto para os alunos portadores de deficiência, como para os não deficientes. Pode se mostrar necessário que se elabore um plano de ensino específico para uma determinada criança, em função de sua condição física e na medida em que esta última continue a ser um fator limitativo de sua capacidade".

Os entrevistados fazem referência à ampliação da imaginação, assim a um pensamento importante de Richter (2005, p.40), que reflete que "a imaginação é a poderosa ferramenta que, ao sustentar o sentir, sustenta o raciocínio e, por ambos, cria o sonho. Além de permitir a construção de um imaginário social, constituído em sua cultura e tempo histórico", deste modo fica clara a importância de o professor não deixar morrer a imaginação fantasiosa das crianças, pois poder

sonhar, fantasiar e imaginar coisas inusitadas, irreais e improváveis faz com que o aluno cresça confiante de seu potencial criativo e expressivo.

[...] é sempre em contínuo contato com as pessoas e as coisas que a criança aprimora seus pensamentos, suas descobertas e seu fazer em arte. Não se trata, então de um processo isolado, mas de ações em reciprocidade, quando a criança internaliza os conhecimentos, vinculando-os às suas experiências de vida pessoal e cultural. (FERRAZ; FUSARI, 1999, p.55).

A citação acima, das autoras Ferraz e Fusari, entra em concordância com as entrevistadas, já que ambas citam a relevância do fazer artístico como um processo em que o aluno interage com as pessoas e com sua realidade, reformulando suas ações e pensamentos e expandindo sua capacidade de se adaptar ao meio ao qual está inserida.

Outra pergunta levantou indagações sobre a situação da escola dos professores entrevistados: são disponibilizados serviços de apoio à criança portadora de deficiência? Quais? *A professora 1 respondeu: “não e que pouco, somente uma segunda professora que, conforme orientação da GERED não precisa ficar nas aulas de arte”. E a professora 4: “simplesmente respondeu que não”*

Os professores 2 e 3 responderam vagamente sobre as questões: “Bom, na minha escola dependendo das necessidades do educando, fazemos todas as transformações possíveis. Sim, Recreação, brincadeira, é a linguagem das crianças, a brincadeira pode aprender a interação social”.

Percebe-se nas respostas que no espaço escolar não encontram suporte para suas dúvidas, contando somente com o segundo professor.

Outros responderam que sim, que são feitos todos os encaminhamentos para as transformações possíveis, porém estas colocações são feitas de forma superficial, sem maiores detalhes que validem estas possibilidades citadas.

Reforçamos o pensamento desta discussão de controvérsia com o autor Beyer (2010), procuramos uma proposta de escola que não seja excludente, em sua filosofia e prática, mas inclusa no sentido de uma escola democrática que não se caracteriza, na sua história, como uma escola reprodutora de processos de inclusão. Tem se verificado um discurso diluído e um tanto confuso, em que se afirma que escola com qualidade pedagógica bastante para atender alunos nas suas mais variadas características, desde o “bom” e “médio” aluno até os que se situam nas

duas extremidades do desempenho escolar, isto é, o aluno com ótimo ou baixo rendimento escolar.

Ainda embasado no autor, não há como esperar que as experiências de inclusão escolar tenham sucesso apenas porque há uma legislação a favor. Para que o atendimento escolar de alunos com deficiência seja possível no ensino regular, deve haver a tomada de consciência e a disposição de participação no processo por parte dos vários sujeitos envolvidos. (pais, crianças, professores, gestores, etc.).

Na pergunta 7: Você acredita na inclusão como uma prática possível nas aulas de artes? Por quê?

As respostas foram semelhantes:

Professor 1: “Sim, porque esta disciplina não incluiria?”

Professor 2: “Sim, porque faz parte do nosso dia-a-dia e não sabemos o que possa vir, trabalhando com pessoas”.

Professor 3: “Sim, os professores ativos e criadores são capazes de encontrar várias maneiras para favorecer o desenvolvimento do aluno nas aulas de artes”.

Professor 4: “Acredito que sim, para eles é uma disciplina importante, onde o contato com os amigos e professor torna-se mais evidente”.

Todos os entrevistados concordaram com o processo de inclusão, e que não existe diferença da disciplina de artes ou nas demais disciplinas do currículo. E que o contato permitido pela disciplina possibilita ainda mais o crescimento e o processo de inclusão.

Na última pergunta da entrevista questionou-se: Na realização das atividades da disciplina de artes, até aonde o aluno com eficiência mental leve precisa de trabalho pedagógico diferenciado?

As respostas também relataram experiências parecidas:

Professor 1: “Com acompanhamento de perto, penso que não há necessidade de trabalho diferenciado”.

Professor 2: “Acho que não precisa trabalhar diferenciado, o que precisa é dar atenção por ser em artes os valores são diferentes, mais fáceis e mais gratificante na sua realização”.

Professor 3: “No auxílio das atividades, dividirem as atividades em etapas gradativas para obter uma resposta, orientação, estimular, uma técnica especial e

particularmente útil a ensinar, baseia-se na idéia de sucesso completo em cada etapa. Um bom exemplo é usar quebra-cabeça de imagens”.

Professor 4: “Consigo igualar todos, o respeito é fundamental e o incentivo durante o decorrer das atividades”.

Ao analisar as respostas sobre a necessidade de trabalho diferenciado na disciplina de artes percebe-se que os entrevistados acreditam que não existe necessidade de atividades diferenciadas, onde a própria disciplina através de suas atividades oportuniza a realização do mesmo tipo de trabalho com todos os alunos da sala de aula.

As respostas encontram eco no que Antunes (2006), que coloca que a meta essencial de uma educação inclusiva jamais se afasta da pessoa global e, portanto, se interessa pelo aprofundamento intelectual. Para que esta meta se concretize é essencial que os professores não acreditem como um simples “método de trabalho” que ao dominarem aplicam-no ao seu cotidiano, mas uma nova maneira de pensar e encarar sua função educativa que passa a assumir a prioridade das relações igualitárias às da velha educação marcadas pela prepotência e pela subserviência. O aluno tem um paradigma de educação inclusiva que não progride porque sabe mais coisas, mas porque cresceu, envolveu-se com o mundo e deu sentido às coisas que o cercam.

5 CONCLUSÃO

A inclusão implica uma mudança de olhar, é preciso modificar a forma como pensamos e principalmente como trabalhamos nossa prática, pois segundo os autores estudados, as leis estão instituídas, porém ainda não efetivadas, e nas escolas regulares ainda encontram-se grandes espaços entre a lei e a prática efetiva apesar das respostas dessas professoras.

As escolas regulares precisam traçar estratégias para envolver também a comunidade no processo de inclusão, reformular constantemente o Projeto Político Pedagógico, adequar a estrutura física da escola de acordo com a necessidade de seus alunos, refletir sobre o sistema de avaliação vigente, desenvolver metodologias adequadas, criativas, diversificadas, interessantes e práticas solidárias. Pois a escola que tiver a participação de todos e que incluir, será a escola que garantirá a permanência e o aprendizado de seus alunos. Deste modo, só uma escola consciente e responsável será capaz de reconduzir a escola a sua verdadeira vocação. O professor não pode e não deve trazer só para si essa responsabilidade.

Os entrevistados na pesquisa demonstraram boa vontade e aceitação com a inclusão dos alunos com necessidades especiais na disciplina de artes, isso é muito importante, mas precisam de mais formação.

É indispensável indagar-se constantemente sobre o que quer realizar uma instituição educacional nesse contexto: cruzar os braços e não fazer nada, perpetuando a situação que aí está, ou ir à luta como seres pensantes, livres e investigadores, capazes de registrar suas participações comprometidas com o desenvolvimento da história da humanidade? Pesquisar sobre isso é fundamental, provoca reflexões, amplia conhecimentos e nos torna mais otimistas, provocando ações inclusivas.

As reflexões sobre os autores contribuíram, deixaram algumas indagações, pois Mantoan, Antunes e Coll são otimistas em relação às questões referentes à inclusão dos alunos portadores de deficiência, relatam experiências positivas, seu olhar é de confiança nas mudanças propostas na escola de ensino regular inclusiva. Porém, Beyer tem considerações pertinentes sobre a realidade escolar, das grandes diferenças entre as teorias e as práticas. Traz como os outros autores a trajetória histórica e as definições, mas, pontua os grandes fossos que existem entre as nossas Leis (Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases e o

Estatuto da Criança e do Adolescente) tão lindamente constituídas, mas que na verdade estão longe da prática efetiva. Lembra que na verdade, nem os alunos ditos “normais” estão incluídos.

Essa pesquisa, além de ampliar meus conhecimentos sobre a temática abordada, é um conhecimento que irá subsidiar a minha prática enquanto professora, pois realizamos um papel muito importante na sociedade, contribuimos na formação de seres humanos.

Proponho, a partir dessa pesquisa, um curso de formação para professor de artes que trata em específico da INCLUSÃO ESCOLAR. Apresento o curso no apêndice A deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianchini de; MORAN, José Manuel (Orgs.). **Integração das tecnologias na educação**. Brasília: Posigraf, 2005.
- ANTUNES, Celso. **Inclusão: o nascer de uma nova pedagogia**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.
- _____. **Educação Inclusiva, Disfunções Cerebrais e a Inclusão**. Florianópolis: CEITEC, 2006.
- ARAGÃO, Janaina de Souza. **Metodologia e conteúdos básicos de comunicação e artes**. Indaial: ASSELVI, 2007.
- BARBOSA, Ana Mae (Org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. (Org.). **Arte/Educação Contemporânea – Consonâncias Internacionais**. São Paulo: Cortez, 2005.
- BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Arte. Brasília: MEC/SES, 1997.
- _____. **Parâmetro Curricular Nacional: arte/secretaria de Educação Fundamental**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- COLI, J. **O que é arte**. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos).
- COLL, Cesar. et. AL. **Desenvolvimento Psicológico e educação – Transtornos do desenvolvimento – Necessidades educativas especiais**, Porto Alegre: Artmed, 2004.
- CORRÊA, Ayrton Dutra. (Org.). **Ensino de Artes: Múltiplos Olhares**. Ijuí: Ed Unijuí, 2004.
- FUSARI, Maria Felisminda de Resende e; FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa de Toledo. **Metodologia do Ensino da Arte**. São Paulo, Cortez, 1999.
- _____. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 1992-1993.
- MARTINS, **Mirian Celeste Ferreira Dias, Didática do ensino da arte: a língua do Mundo: Poetizar, Fruir e Conhecer a Arte**, São Paulo: FTD, 1998.
- MANTOAN, Maria Tereza Egler. **A integração da pessoa com deficiência**. 1997.
- _____. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NASCIMENTO, Luciana Monteiro do. **Educação Especial**. Indaial: GrupoUniasselvi, 2007

PONTO DE VISTA: Revista de Educação e Processos e Processos Inclusivos. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação/ Florianópolis: NUP/CED, 1999.

RICHTER, Sandra. **Criança e Pintura**: ação e paixão do conhecer. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia Diretoria de educação Básica e Profissional. **Proposta curricular de Santa Catarina**: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.

www.teusmapress.com.br/educacao-e-inclusao-escolar- : *um pequeno histórico!*
– acesso em 8 de Abril de 2010 .

Declaracao de Salamanca. Disponível em:
portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca : Acesso em:12agosto.2011.

APÊNDICES

**APÊNDICE A – PROJETO DE DOCÊNCIA
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

CURSO DE ARTES VISUAIS/ LICENCIATURA.

CURSO

**O ENSINO DA ARTE E A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
MENTAL LEVE**

CRICIÚMA, NOVEMBRO DE 2011

1 IDENTIFICAÇÃO

Nome do curso: O ensino da arte e a inclusão das pessoas com deficiência mental leve.

Profissionais Envolvidos: Profissionais do magistério público, particular e público de forma geral.

Local e Realização do Evento: UNESC

Carga Horária: 20 horas distribuídos em 04 módulos

Período de Realização: fevereiro a dezembro/12.

Órgão Proponente: Curso de Artes da UNESC

Órgão Executor: Curso de Artes da UNESC

Coordenação: Cecília Ribas Pessler

2 JUSTIFICATIVA:

A arte para mim é tudo que a gente vê e faz, e depende do nosso olhar. Esse tudo é algo relativo, pois nessa proposta falo da arte enquanto capital artístico cultural da humanidade. Proponho refletir sobre a arte e a inclusão, pensando o sujeito com dificuldades especiais. A arte é importante para ajudar a desenvolver várias habilidades, inclusive na parte de coordenação fina, aspecto que desenvolve as habilidades de coordenação manual, além, é claro das potencialidades cognitivas e sensíveis.

Proponho o tema “inclusão e arte” porque o percebo como importante fator na nossa sociedade. Tem muita gente que não respeita e não ajuda essas pessoas diferentes. Muitas vezes, o aluno especial vai fazer somente trabalhos manuais “artísticos”, nas séries iniciais e no ensino fundamental, enquanto os colegas acompanham os conteúdos didáticos normais. Existem muitos questionamentos que me afligem e me levaram a pesquisar este tema. Dentre esses questionamentos trago como problema de pesquisa: O que dizem os professores de artes que trabalham com crianças com deficiência mental leve sobre a importância da arte na formação desses sujeitos; e se esse dizer contempla o que consta nas Políticas Nacionais de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva?

O curso se propõe, a partir das considerações finais de minha pesquisa de conclusão de curso. O problema acima deu as diretrizes para esta proposta. Inicialmente, falarei sobre a educação Especial no Brasil, e como a mesma evoluiu até o paradigma atual da Educação Inclusiva, enfatizando também a questão da

formação de professores para atender esse desafio. Em seguida, sobre as adaptações curriculares necessárias ao acesso de alunos com necessidades especiais ao ensino regular, bem como das condições que as escolas precisam desenvolver, para garantir o seu aprendizado, falo da acessibilidade.

Partindo para a área de artes, em específico o ensino da arte, compreendo que a arte pode desenvolver o aluno com necessidades especiais leve, estimulando através da visão (artes visuais), audição (música), motora (artes plásticas), entre outras possibilidades. A arte proporciona a inclusão à medida que os alunos, ao executarem as atividades compartilham as experiências, os materiais e as ideias, desenvolvendo o potencial de cada um, na perspectiva do respeito e da inclusão.

O professor deve mostrar ao aluno as diversas linguagens que existem na arte, desenvolvendo suas afinidades e habilidades, estimulando suas fantasias e imaginação. Nas aulas de artes, os alunos deverão sentir-se incluídos, considerando que suas produções e avaliações devem ligar o aluno ao grupo e a vida. Para Fusari e Ferraz,

arte é formar um ser pensante, comunicante, transformador, criador, é através da arte enquanto um movimento educativo e cultural que podemos buscar a constituição de um ser humano completo, total dentro dos moldes de valorização no ser humano, nos aspectos intelectuais, morais e estéticos procurando despertar a consciência individual, harmonizada ao grupo social que pertence. (FUSARI e FERRAZ, 1999, p. 20)

Finalizando, este projeto tem como objetivo refletir sobre a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular em específico nas aulas de artes. Contemplar questões sobre a prática da inclusão sob o olhar do professor da disciplina de artes, observando de que forma os mesmos se sentem em relação ao trabalho de inclusão dos deficientes mental leve no Ensino regular, em especial nas aulas de artes. Contemplando os documentos oficiais da educação em arte, em específico o que trata da educação especial. As políticas públicas da educação especial em parceria com o Ministério de Educação e Cultura são os documentos nos quais iremos nos ater para melhor compreendermos o papel do professor de artes na inclusão de alunos com ou sem deficiência.

3 OBJETIVO GERAL:

Refletir sobre a inclusão de alunos com necessidades educativas

especiais no ensino regular em específico nas aulas de artes, com ênfase no aluno com deficiência mental leve.

3.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Aprofundar estudos teóricos sobre inclusão;
- Ampliar conhecimentos sobre a Educação Especial no Brasil, e como a mesma evoluiu até o atual paradigma da Educação Inclusiva;
- Analisar as adaptações curriculares necessárias ao acesso de alunos com necessidades especiais ao ensino regular;
- Investigar se existe a necessidade de adaptações curriculares para garantir acesso de alunos com necessidades especiais ao ensino regular.

4 CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO:

Poderão participar todos servidores da área da educação do setor público, particular e outros, desde que regularmente inscritos no curso oferecido. Entende-se como regularmente inscrito o aluno que efetuar o requerimento de inscrição.

5 TEMAS E SUBTEMAS/DOCENTE:

TEMA	CH	DOCENTE
ENSINO DA ARTE: QUE HISTÓRIA É ESSA?	05	Cecilia Ribas Pesserl
O PAPEL DA ARTE NA FORMAÇÃO DO SUJEITO A HISTÓRIA DO ENSINO DA ARTE	05	Cecilia Ribas Pesserl
CONTEXTUALIZANDO A INCLUSÃO	05	Cecilia Ribas Pesserl
A ESCOLA INCLUSIVA E O DIÁLOGO COM A ARTE ALTERAÇÃO E ACRÉSCIMO RELACIONADOS À DEFICIENCIA MENTAL LEVE.	05	Cecilia Ribas Pesserl

6. PROCEDIMENTOS PARA EXECUÇÃO DO EVENTO:

O curso será dividido em períodos presenciais e em forma de trabalho em grupo. Este curso poderá ser realizado dentro do Projeto Arte na Escola - Polo UNESCO, um projeto vinculado à instituição, sendo parceiro do Curso de Artes.

6.1 Recursos Necessários: Data Show com áudio.

7. AVALIAÇÃO: A avaliação, enquanto processual e diagnóstica, ocorrerá em diferentes momentos e com todos os envolvidos. Será observado nos debates e nas escritas dos participantes durante os encontros o avanço do grupo com relação as questões da inclusão nos encontros com a arte.

8. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianchini de; MORAN, José Manuel (Orgs.). **Integração das tecnologias na educação**. Brasília: Posigraf, 2005.

ANTUNES, Celso. **Inclusão: o nascer de uma nova pedagogia**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.

ARAGÃO, Janaina de Souza. **Metodologia e conteúdos básicos de comunicação e artes**. Indaial: ASSEELVI, 2007.

BALAN, Willians Ceruzzi, Comunicação. Núcleo de Pesquisa e Produção em Multimeios para a Educação: uma ferramenta necessária na era do conhecimento. **Simpósio:** Tecnologias da Informação e da Comunicação em Educação à Distância. Rio de Janeiro, Agosto/1997.

BARBOSA, Ana Mae (Org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Arte/Educação Contemporânea: Consonâncias Internacionais**. São Paulo: Cortez, 2005.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Arte. Brasília: MEC/SES, 1997.

_____. **Parâmetro Curricular Nacional: arte**/secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

COLI, J. **O que é arte**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

CORTELAZZO, Iolanda. **Redes de comunicações e educação escolar: a atuação de professores em comunicações telemáticas**. Dissertação de mestrado. São Paulo, 1996.

CORRÊA, Ayrton Dutra. (Org.). **Ensino de Artes: Múltiplos Olhares**. Ijuí: Ed Unijuí, 2004.

DEMO, Pedro. **Educação e desenvolvimento: algumas hipóteses de trabalho frente a questão tecnológica**. Rio de Janeiro: Revista Tempo Brasileiro, 1991.

FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa de Toledo. **Metodologia do Ensino da Arte**. São Paulo, Cortez, 1999.

FUSARI, Maria Felisminda de Resende e; FERRAZ, Maria Heloisa Correa de Toledo. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 1992-1993.

HERNÁNDEZ, Fernando (Orgs.). **A formação do professor e o ensino das artes visuais**. Santa Maria: UFSM, 2005.

IABELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NASCIMENTO, Luciana Monteiro do. **Educação Especial**. Indaial: GrupoUniasselvi, 2007

MOREIRA, Antonio Flavio Babosa; KRAMER, Sonia. **Contemporaneidade, educação e tecnologia**. São Paulo: Cortez, 1978.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **A integração da pessoa com deficiência**, 1997.

_____. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

RICHTER, Sandra. **Criança e Pintura: ação e paixão do conhecer**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

ROSSI, Maria Helena Wagner. **Imagens que falam: leitura da arte na Escola**. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia Diretoria de educação Básica e Profissional. **Proposta curricular de Santa Catarina: estudos temáticos**. Florianópolis: IOESC, 2005.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES E SUAS
RESPOSTAS



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ARTES VISUAIS/ LICENCIATURA.

A/C Professor de artes,

Eu, Cecília Ribas Pesserl, acadêmica do Curso de Artes Visuais/Licenciatura, solicito sua participação na minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, respondendo as questões abaixo apresentadas. Solicito ainda autorização para o uso das respostas:

Eu-----, professora de artes, autorizo Cecilia Pesserl a usar as respostas por mim proferidas no questionário abaixo, no seu Trabalho de Conclusão de Curso.

Assinatura do professor

QUESTIONÁRIO

1. O que você compreende por inclusão escolar?

2. A inclusão faz parte de seu trabalho enquanto professora de artes? De que forma?

3. Em sua opinião: Qual é o papel do professor de artes no contexto da inclusão escolar?

4. Você tem ou já teve aluno com necessidades educativas especiais, em específico com deficiência mental leve? Fale sobre essa experiência.

6. O que, na sua opinião deve contemplar o currículo em artes no contexto da inclusão escolar?

7. Na sua escola, são disponibilizados serviços de apoio à criança portadora de deficiência? Quais?

8. Você acredita na inclusão como uma prática possível nas aulas de artes? Por quê?

9. Na realização das atividades da disciplina de artes, até aonde o aluno com deficiência mental leve precisa de trabalho pedagógico diferenciado?

Obrigada pela sua atenção.

Att.

Cecília Ribas Pessler

Obs:

Esta pesquisa tem como problema: O que dizem os professores de artes que trabalham com crianças com deficiência mental leve sobre a importância da arte na formação desses sujeitos; e se esse dizer contempla o que consta nas Políticas Nacionais de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva? A acadêmica recebe orientação da professora Ma. Silemar Maria de Medeiros da Silva.

Criciúma, outubro de 2011.

PESQUISA APLICADA AOS PROFESSORES - OUTUBRO DE 2011

1. O que você compreende por inclusão escolar?

Professor 1: É a participação do aprendiz em todas as atividades desenvolvidas pela instituição “escola”.

Professor 2: Que todos o educando têm direito dependendo de suas necessidades.

Professor 3: Que o professor deverá estar atento ao processo de ensino e aprendizagem, para identificar as necessidades peculiares do aluno. A criança portadora de necessidades especiais tem direito a educação que necessita. Oferecer-lhe menos do que ela precisa e colocar em risco o seu direito a felicidade, pois, dificilmente poderá ter um bom auto-conceito dentro de situações nas quais suas dificuldades ficaram mais evidentes. Existem aspectos importantes que devem ser considerados antes de colocar uma criança especial em escola comum. Não se pode negligenciar o direito do portador de necessidade especial à felicidade, será que ela vai ser feliz dentro de um contexto onde suas dificuldades serão evidenciadas?

Seu auto-conceito vai melhorar?

Fará amigos?

Será convidada para festas e passeios?

Vai sentir-se a vontade para expressar-se?

Dificilmente haverá estímulos nas manifestações espontâneas num contexto em que ela não vai sentir-se em situações de igualdade, assim sendo, a motivação para a aprendizagem estará ameaçada pelo medo do fracasso.

Professor 4: Um meio de incluir pessoas com tipo de deficiência, no meio social e escolar.

2. A inclusão faz parte de seu trabalho enquanto professora de artes? De que forma?

Professor 1: Sim, Quando se aborda a questão da inclusão não está se falando sobre “deficiências” específicas, mas de todos os aprendizes nas diversas formas de aprendizagem, adequando ou oportunizando novas metodologias.

Professor 2: Sim, que eu devo tratar todos iguais, da mesma forma, sem preconceito e colocando seus valores e respeito uns pelos outros.

Professor: Sim, elaborando atividades complementares para serem desenvolvidas, incentivando o aluno a analisar a própria experiência.

Professor 4: Sim, estou sempre incluindo e incentivando estes alunos.

3. Em sua opinião: Qual é o papel do professor de artes no contexto da inclusão escolar?

Professor 1: E o mesmo papel das demais disciplinas.

Professor 2: E colocar os valores e respeito a cada um dos seus docentes para que possa fazer a fruição e construção de seu trabalho.

Professor 3: Planejar e controlar o tempo a cada atividade, preparar as atividades e os materiais articulando-os com dados contextualizados na realidade local, para enriquecimento dos trabalhos.

Professor 4: Mostrar para Ester alunos que são importantes e iguais aos outros, despertando sua imaginação e criatividade no decorrer das aulas.

4. Você tem ou já teve aluno com necessidades educativas especiais, em específico com deficiência mental leve? Fale sobre essa experiência.

Professor 1: A experiência com este tipo de aprendiz é possível e dá excelentes resultados na área artística, a dificuldade está no tempo para atendê-los frente a uma turma de mais ou menos 35 alunos e tempo/hora/aula.

Professor 2: Sim, tem que ter compreensão, saber os limites e mostrar os desafios que ele possa alcançar.

Professor 3: Sim, as atividades motoras podem desenvolver sua coordenação suas habilidades visuais e auditivas e seu raciocínio criativo.

Professor 4: Sim, são muitos carinhosos, educados. Tudo que queremos, pedindo com delicadeza alcançamos um resultado muito satisfatório.

5. O que, na sua opinião deve contemplar o currículo em artes no contexto da inclusão escolar?

Professor 1: O assunto é amplo, mas não se deve esquecer a cultura local e do nosso País nas diversas séries.

Professor 2: Expressão e movimentação corporal e materiais expressivos.

Professor 3: A finalidade da educação é mesma em essência tanto para os alunos portadores de deficiência, como para os não deficientes. Pode se mostrar

necessário que se elabore um plano de ensino específica para uma determinada criança, em função de sua condição física e na medida em que esta última continue a ser um fator limitativo de sua capacidade.

Professor4: O valor de cada aluno e sua importância, incentivando-os durante as produções despertando a criatividade e imaginação.

6. Na sua escola, são disponibilizados serviços de apoio à criança portadora de deficiência? Quais?

Professor 1: Pouco somente uma segunda professora que conforme orientação da GERED não precisa ficar nas aulas de arte.

Professor 2: Bom, na minha escola dependendo das suas necessidades do educando, nos fazemos todas as transformações possíveis.

Professor 3: Sim, Recreação, brincadeira é a linguagem das crianças, PE, a brincadeira pode aprender a interação social.

Professor 4: não

7. Você acredita na inclusão como uma prática possível nas aulas de artes? Por quê?

Professor 1: Sim, porque esta disciplina não incluiria?

Professor 2: Sim, porque faz parte do nosso dia-a-dia e não sabemos o que possa vir, trabalhando com pessoas.

Professor 3: Sim, o professor ativo e criador são capazes de encontrar várias maneiras para favorecer o desenvolvimento do aluno nas aulas de artes.

Professor 4: Acredito que sim para eles é uma disciplina importante, onde o contato com os amigos e professor torna-se mais evidentes.

8. Na realização das atividades da disciplina de artes, até aonde o aluno com deficiência mental leve precisa de trabalho pedagógico diferenciado?

Professor 1: Com acompanhamento de perto, penso que não há necessidade de trabalho diferenciado.

Professor 2: Acho que não precisa trabalhar diferenciado, o que precisa e dar atenção por ser em artes os valores são diferentes, mais fácil e o mais gratificante na sua realização.

Professor 3: No auxílio das atividades, dividirem as atividades em etapas gradativas para obter uma resposta, orientação, estimular, uma técnica especial e particularmente útil a ensinar, baseia-se na idéia de sucesso completo em cada etapa. Um bom exemplo é usar quebra-cabeça de imagens.

Professor 4: Consigo igualar todos, o respeito é fundamental e o incentivo durante o decorrer das atividades.

ANEXOS

ANEXO A – LAUDO MÉDICO

Dr. João Ferrario Lopes Neto

Médico Generalista

CRM 10.651 – Pr./ CPF 664.124.479-20

Relatório Médico

Relato para devidos fins que atendi a Srta. Cecília Ribas Pesserl, nascida em 20/08/1.981 pela primeira vez em 05/11/1.991. Na história progressiva temos Trauma Craniano por queda de berço com 6 meses de idade. Foi internada e constataram Hemorragia Cerebral. Saíu com alta hospitalar tomando Hidantal 10gotas/dia por 6 meses para controle das convulsões. Após passaram para Neoleptil até os 3 anos de idade. Pararam por 1 ano e aos 4 anos de idade reiniciaram as convulsões que melhoraram com Carbamazepina 100mg 2 x ao dia até julho de 1.990 quando passaram para Depakene 250mg 3 x ao dia até março de 1.991 quando retornaram para a Carbamazepina.

Na sua primeira consulta conosco em 05/11/1.991 constatamos retardo de desenvolvimento psicomotor e déficit cognitivo com atraso na escola estando na 4ª Série Primária aos 11 anos de idade.

O exame de Ressonância Magnética de Encefalo (RNM encefalo) de 18/12/2.003 mostrou: Sinais de Redução Volumétrica dos lobos Frontal, Parietal e Occipital à esquerda e área presumivelmente relacionada à Gliose Isquêmica posteriormente no lobo occipital do mesmo lado.

Em 09/08/2.006 foi solicitado Tomografia de Crânio Encefálica (TAC crânio) de controle e apresentou o mesmo resultado comparado à 18/12/2.003 com sinais de Redução Volumétrica do Hemisfério Cerebral Esquerdo.

No mesmo dia, 09/08/2.006, foi realizado Eletroencefalograma Digital mostrando durante sono e vigília: Atividade Irritativa Têmporo Occipital à Esquerda.

Devido a extensa lesão cerebral aos 6 meses de idade, tem sequelas físicas, emocionais e intelectuais até hoje.

A partir de 24/04/2.006 iniciamos tratamento para Crise Depressiva Moderada com Antidepressivo além dos Anticonvulsivantes e Estabilizador de Humor com grande melhora dos sintomas.

Atualmente ela vem vencendo desafios importantes em sua vida tanto pelas suas limitações físicas e intelectuais provocadas provavelmente pela extensa lesão cerebral traumática aos 6 meses de vida.

Está fazendo uso das seguintes medicações:

1. Topamax 100mg----- 1 comp. Via oral 1 x ao dia após o jantar,
2. Trileptal 600mg----- 1/2 comp. Via oral 2 x ao dia (cedo e jantar),
3. Venlafaxina HCL 150mg----- 1 cápsula via oral 1 x ao dia no café da manhã,
4. Clonazepam 2,5mg/ml----- 8 gotas via oral 1 x ao dia,
5. Vitamina D3 1.000UI/gota----- 8 gotas via oral 1 x ao dia,
6. Puram T4 50mcg----- 1 comp. Via oral 1 x ao dia em jejum.

Última consulta em 15/08/2.011. BEG- manter as mesmas medicações.

Dr. João Ferrario Lopes Neto
 CPF 664.124.479-20
 CRM/PR 10.651

Curitiba, 13/09/2.011.

Rua: Marechal Deodoro, 869 / Conj. 605
 CEP 80.060-010 Centro
 Curitiba - Paraná - Brasil
 E-mail: drjoaoferrario@yahoo.com.br

Consultório: 55 - 41 - 3013-6399
 Nextel: 55 - 41 - 7817-7912
 Celular: 55 - 41 - 9972-7050
 Residencial: 55 - 41 - 3014-6388